

Seminário aprofunda debate sobre organização sindical, financiamento e democracia interna no ANDES-SN *8 a 11*



Painel do ANDES-SN permite analisar orçamento das Ifes e das lees *6 e 7*

Enquete aponta piora em saúde e condições de trabalho docente *12 e 13*

A recente aprovação da PEC 221/2019 na Câmara dos Deputados, em 27 de maio último, representou um passo importantíssimo na direção de consolidar aquela que pode vir a ser a mais importante vitória da classe trabalhadora brasileira nas últimas décadas. Ao estabelecer a obrigatoriedade de dois dias semanais de descanso (escala 5x2) e prever a redução da jornada máxima semanal de trabalho das atuais 44 para 40 horas, a proposta recolocou a agenda dos direitos trabalhistas no centro do debate nacional e conseguiu atrair massivo apoio das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

É oportuno lembrar que, ao longo de mais de dois séculos, a luta pela limitação da jornada de trabalho foi nodular na história do movimento operário internacional e, por isso, indiscutível de sua história. Das reivindicações dos trabalhadores ingleses, no século XIX, às mobilizações que deram origem ao Primeiro de Maio, no começo do século XX, a consigna tríplice das “oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de lazer” constituiu um estandarte a mobilizar as energias da nossa classe em afronta aos interesses daqueles que lucram com a superexploração do trabalho humano.

Conquistas sociais, hoje aparentemente naturais, sempre foram duramente combatidas. Foi assim com a proibição do trabalho infantil, com as férias remuneradas, com o descanso semanal, com a licença-maternidade e com a própria jornada de oito horas. Os mesmos argumentos utilizados ontem para impedir avanços voltam a aparecer agora no debate do fim da escala 6x1: previsões de colapso econômico, aumento do desemprego

ou inviabilidade para as empresas.

A experiência histórica e exemplos recentes pelo mundo, entretanto, demonstram justamente o contrário: em todos os contextos em que medidas de limitação de jornada e redução de escala foram implementadas, a conclusão tem sido a de que trabalhar menos pode significar viver melhor e sem prejuízo para a produção social. Todas as evidências sinalizam melhora nos indicadores de saúde física e mental, redução do estresse e manutenção ou ampliação da produtividade, como atestam os casos da semana-35 na de ho-



ras na França, ou das semanas reduzidas que vêm sendo aplicadas na Islândia, na Bélgica ou no Reino Unido.

No Brasil, a luta pelo fim da escala 6x1 ganhou enorme força com a mobilização de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A partir de iniciativas como o Plebiscito Popular por um Brasil mais Justo, realizado no segundo semestre de 2025 e que contou com forte participação do ANDES-SN, e das iniciativas desencadeadas da discussão associadas ao Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), cresceu entre a classe tra-

balhadora brasileira a consciência de que jornadas extensas, longos deslocamentos urbanos e deterioração das condições de vida - que impedem tempo disponível para o convívio familiar, para o descanso, para a formação, para a cultura e para a participação política -, são incompatíveis com uma sociedade de fato democrática.

A votação pelo fim da jornada 6x1 na Câmara, entretanto, não encerra a batalha. O Senado Federal será agora palco de uma intensa disputa política. Os setores empresariais, que historicamente resistiram a qualquer ampliação de direitos, já atuam para bloquear, desfigurar ou retardar a proposta. Por isso, é fundamental que as centrais sindicais, os movimentos populares, as entidades estudantis e as organizações da classe trabalhadora mantenham e ampliem a pressão social sobre as senadoras e os senadores, de modo a garantir essa conquista fundamental para a nossa classe.

Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição e Revisão:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

São Luís, capital do Maranhão, receberá o 69° Conad em julho

Conhecida como Cidade dos Azulejos, Patrimônio Cultural da Humanidade, Ilha do Amor, Ilha Rebelde e Capital Nacional do Reggae, São Luís (MA) reúne em sua trajetória marcas profundas da diversidade cultural, das lutas populares e da resistência de seu povo. É nesse cenário, marcado pelo encontro das heranças indígenas, africanas e europeias, que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, entre os dias 3 e 5 de julho, o 69° Conselho Administrativo do ANDES-SN (CONAD).

A realização do encontro mobiliza a Associação dos Docentes da UFMA (Apruma Seção Sindical). Entidade anfitriã do 69° Conad, a Apruma SSind. tem 47 anos de história, representa 1051 docentes e já recebeu outros quatro eventos deliberativos do Sindicato Nacional.

O tema escolhido para esta edição é “Guarnicê a luta pela educação pública na terra da Balaiada: contra o imperialismo e a extrema direita”. A expressão “guarnicê”, tradicional nos festejos do bumba-meu-boi, refere-se ao momento em que os brincantes se reúnem para afinar instrumentos, organizar o batalhão e preparar a apresentação.

Para o presidente da Apruma SSind., Luiz Eduardo Neves, no Conad, o termo simboliza o chamado à organização coletiva em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. “Estamos preparando o evento com muito carinho e dedicação para que delegados, delegadas, observadores e observadoras se sintam acolhidos/as, tanto na UFMA quanto na cidade

de São Luís”, afirma.

Já a identidade visual do encontro, elaborada pela designer Tay Oliveira, egressa da UFMA, traduz esse propósito ao reunir elementos simbólicos da cultura e da história maranhense. Estão representados os povos originários, por meio da figura indígena; o bumba-meu-boi, através do boi e do caboclo de fita; e Negro Cosme, liderança quilombola da Balaiada que se tornou símbolo de resistência e luta contra a escravidão.

Integrante da comissão organizadora local, Ilse Gomes destaca que os elementos escolhidos dialogam diretamente com a história de organização popular no estado. “O Guarnicê e a Balaiada são representativos da força do povo brasileiro em se or-

ganizar e lutar por melhores condições de vida. Em ambas as referências, os protagonistas são as classes populares que projetam um mundo melhor”, ressalta.

Para Célia Martins, 1ª tesoureira da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN e da base da Apruma SSind, a realização do Conad em São Luís reforça a política de descentralização dos eventos nacionais e amplia a participação das bases sindicais. “O Conad é um momento de aproximação para refletir e fortalecer nossas lutas. É um espaço de debate político, troca de conhecimentos e aprendizados”, afirma.

O presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça, que também é da base da seção anfitriã, destaca que o encontro acontece em uma conjuntura marcada pelo fortalecimento da extrema direita e pela intensificação das disputas geopolíticas.

“O 69° Conad se insere em um contexto que exige dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos setores democráticos muita unidade para enfrentar a conjuntura internacional e o avanço da extrema direita. Precisamos sair deste encontro fortalecidos, com uma agenda de mobilização capaz de derrotar o bolsonarismo e enfrentar os projetos autoritários que ameaçam os direitos sociais e a democracia”, avalia.



Docentes ampliam mobilização em defesa do Piso Salarial do Magistério

Omês de maio foi marcado pela retomada, e nova suspensão, do julgamento de dois recursos extraordinários com repercussão geral que envolvem a aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério (Lei 11.738/2008) no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão virtual foi reaberta no dia 15 e suspensa em 20 de maio, após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, suspendendo a análise do Tema de Repercussão Geral 1218.

Até o momento, o placar no STF revelava uma divisão interna sobre o alcance da lei. O relator, Ministro Cristiano Zanin, embora tenha reiterado que o piso deve ser o vencimento inicial das carreiras, propôs um novo prazo de dois anos para que estados

e municípios realizem a adequação, além de eliminar a possibilidade de cobrança de verbas retroativas.

Por outro lado, uma divergência aberta pelo Ministro Dias Toffoli, e já seguida pelo Ministro Alexandre de Moraes, defende o reconhecimento imediato dos reflexos do piso em toda a estrutura das carreiras, permitindo que professores e professoras cobrem valores retroativos dos entes federados que descumpriram a legislação.

Para o professor André Martins, 2º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul e da coordenação do GT Carreira do ANDES-SN, essa interpretação é fundamental. "Queremos um piso salarial que tenha repercussão em toda a carreira estruturada, conforme expressaram os ministros Dias Toffoli e

Alexandre de Moraes", afirmou. **Piso como gerador da carreira**

Para o ANDES-SN, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) não deve ser visto apenas como um valor mínimo de entrada, mas como o "piso gerador" de toda a malha salarial. A proposta do Sindicato Nacional, aprovada no 15º Conad Extraordinário em 2024, prevê que a valorização no início da carreira se reflita em todos os níveis e titulações, garantindo que a progressão funcional não seja achatada pela simples correção do valor base.

Na maioria do país, a realidade enfrentada por professores e professoras de todos os níveis de ensino é de precarização e desmonte das carreiras. Em estados como São Paulo, o governo utiliza o artifício do "abono complementar" para atingir o valor nominal do piso, o que impede que a diferença salarial incida sobre outras vantagens da carreira, como o tempo de serviço e a titulação. Além disso, a proliferação de contratações temporárias e o regime de "horistas" dificultam a dedicação exclusiva e o avanço profissional.

"[Reivindicamos] Um piso com validade para todos os entes federativos: União, estados, Distrito Federal e municípios. E que unifique as pautas do magistério público em todo país. Para atingir esse objetivo, precisamos seguir pressionando a ministra e os ministros do STF até a votação final dos temas 1218 e 1324", explicou André Martins, ressaltando que a abrangência da lei deve superar as barreiras locais.

A luta pelo piso também se conecta diretamente ao projeto de carreira única defendido pelo ANDES-SN, que busca unificar docentes da educação básica ao ensino superior em uma estrutura que valorize a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. "O debate é fundamental para avançar na proposta de definição de um piso salarial e de data-base para toda a categoria de docentes do magistério público, desde a educação infantil



até o ensino superior, como propõe o ANDES-SN", destacou Martins.

Além do salário

A pauta da defesa do Piso Salarial Profissional Nacional está inserida em um contexto mais amplo de intensos ataques à educação pública, que inclui desde a "plataformização" do trabalho docente e as reformas curriculares, como o Novo Ensino Médio, e o desmonte dos serviços públicos através de propostas como a Reforma Administrativa (PEC 38/2025).

A luta pela carreira única, com o PSPN como gerador da malha salarial, também tem recorte interseccional. Dados mostram que, embora as mulheres sejam maioria na educação básica (79,2%), elas continuam sub-representadas em cargos de gestão e prejudicadas pela "economia do cuidado", que afeta sua produção acadêmica e progressão. Da mesma forma, o racismo institucional impõe barreiras no acesso e na permanência de docentes negros e indígenas, tornando a defesa das cotas e das políticas afirmativas indissociável da luta por melhores salários.

Pressão no STF

Diante da suspensão do julgamento no STF, que tem prazo regimental de três meses para ser retomado (sem contar o recesso de julho), o Sindicato Nacional reforçou a necessidade de manter a pressão constante sobre os ministros. A entidade disponibilizou modelo de carta e endereços eletrôni-



cos dos magistrados e da magistrada para que a categoria envie cobranças diretas. Nas redes sociais, a mobilização também ocorre através da hashtag **#AprovaOPisoDoMagistérioSTF**.

O Plano de Lutas da categoria docente, aprovado no 44º Congresso do ANDES-SN em março deste ano, já previa a intensificação da campanha "Magistério Unido, Piso Garantido". A categoria entendeu ser necessário intensificar a pressão junto ao judiciário, pois a decisão do STF poderá ter impacto direto nas pautas defendidas pelo Sindicato Nacional.

"A conquista de um piso salarial para todo magistério público, que tenha repercussão na carreira estruturada, terá efeito direto na luta por

uma carreira única como é o projeto do ANDES-SN. De imediato, uma votação favorável no STF garantiria o direito das professoras e dos professores que atuam na educação básica", afirmou André Martins.

Para o coordenador do GT Carreira do ANDES-SN, a vitória no campo jurídico é o primeiro passo de um horizonte maior. "A partir dessa conquista, a luta será para garantir isonomia para o magistério público do ensino superior", reforçou.

Acesse o modelo de carta



Punição para gestores que descumprirem a Lei do Piso

Enquanto o STF decide sobre os reflexos financeiros, a Câmara dos Deputados avança em mecanismos de punição para quem ignora a legislação. A Comissão de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei 5209/25, que transforma em ato de improbidade administrativa a atitude do gestor público que, de forma intencional (dolosa), deixa de pagar o piso salarial nacional aos professores e às professoras da educação básica pública.

O texto modifica a Lei de Improbidade Administrativa. O gestor condenado poderá pagar multa de até 24 vezes o valor de seu salário e ficar proibido de contratar com o poder público por até quatro anos.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, se aprovado, ainda precisará passar pelo Senado antes de virar lei.

ANDES-SN lança Painel "Mais Verbas" com dados orçamentários das Ifes e Iees

Ferramenta garantirá mais transparência e informações para a luta em defesa da educação pública

detalhados para download, com o objetivo de apoiar pesquisas, debates e atividades sindicais em defesa da educação pública.

Diagnóstico do desfinanciamento

A ferramenta surge em um momento no qual os dados, e a realidade vivenciada pela comunidade acadêmica, apontam um cenário de desmonte, precarização e restrição fiscal. Nas universidades federais, o diagnóstico mostra que, após uma fase de expansão orçamentária entre 2007 e 2014 - concomitante ao projeto de expansão da rede -, houve uma inflexão acentuada a partir de 2015, marcada por diminuição no repasse de recursos e contingenciamentos. Já no âmbito das estaduais, o sistema identifica a contradição entre discurso e prática, uma vez que os valores executados são sistematicamente inferiores aos autorizados pelas leis orçamentárias.

Diego Marques, 2º tesoureiro do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), destaca que o painel possibilita acessar a realidade para além das propagandas governamentais. "O Painel de Financiamento das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil é uma importante ferramenta, que vai permitir, não apenas à categoria docente, mas ao conjunto da sociedade brasileira, conhe-



O ANDES-SN lançou, no dia 22 de maio, o Painel "Mais Verbas". A plataforma interativa, que pode ser acessada pelo endereço maisverbas.andes.org.br, oferece um panorama detalhado e inédito sobre a execução orçamentária de instituições federais e estaduais de ensino superior, consolidando-se como uma ferramenta fundamental para a mobilização docente e para o diálogo com a sociedade.

O painel foi desenvolvido para consolidar informações sobre a execução orçamentária, permitindo que usuários e usuárias explorem séries históricas, comparem indicadores entre estados e visualizem gráficos que apontam tendências de crescimento

ou redução de recursos ao longo do tempo. Além da interface interativa, o sistema disponibiliza relatórios



cer a realidade do desfinanciamento da educação pública, que tem sido uma tônica, pelo menos, dos últimos dez anos", explicou o dirigente.

Marques ressalta ainda que os dados das Ifes foram colhidos a partir de fontes oficiais como o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento da União (SIOP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Tesouro Nacional (SIAFI), cobrindo o período de 2007 a 2025. Segundo ele, o objetivo é que o painel ajude a desencadear ações locais e um amplo movimento nacional, capaz de disputar a formulação das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).



Fortalecimento das lutas estaduais

Uma das grandes inovações do Painel "Mais Verbas" é a reunião de dados de diferentes universidades estaduais em uma única plataforma, permitindo análises comparativas que antes eram dificultadas pela dispersão das informações. Fernanda Mendonça, 1ª vice-presidenta da Regional Sul e da coordenação do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações do Sindicato Nacional, detalha que o levantamento para as Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees) utilizou Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), balanços gerais e dados de secretarias da Fazenda e Planejamento dos estados, entre 2007 e 2024.

Para Mendonça, o instrumento qualifica a atuação das entidades sindicais. "A ferramenta tem a vantagem de apresentar a evolução da participação das Iees na receita corrente líquida de cada estado, demonstrar também o comportamento dos investimentos com pessoal, custeio e estruturação das universidades (...) Diante dessas informações, é possível evidenciar para a categoria, por

meio de dados concretos, o processo de precarização que o ensino superior vem apresentando ao longo dos anos", afirmou a docente, enfatizando que isso dará suporte às direções sindicais em mesas de negociação com governos estaduais.

Continuidade

O ANDES-SN já planeja a expansão da ferramenta. "No último Congresso, foi deliberado pela continuidade do levantamento dos dados até o ano de 2026. As próximas atualizações, provavelmente, serão pautadas em espaços deliberativos futuros", contou Fernanda Mendonça.

Diego Marques adiantou que, além da atualização, haverá o acréscimo de novos dados, com destaque para as informações relativas às emendas parlamentares, que deverão passar a constar da plataforma, com detalhamento por instituição, a partir do próximo ano.

Divulgação

O Sindicato Nacional orienta que as seções sindicais utilizem o painel

para debater suas realidades específicas. A expectativa é que a plataforma sirva também a entidades aliadas, como movimentos estudantis e de técnicos administrativos, fortalecendo a frente ampla em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

"Diversos Encontros Regionais contarão com apresentações do portal Mais Verbas e esperamos que as seções sindicais possam também organizar atividades para debater suas realidades específicas e o cenário geral apresentado pelo Panorama do Financiamento do Ensino Superior Público no Brasil e pelo portal", conclui o 2º tesoureiro do Sindicato Nacional.

O ANDES-SN preparou, ainda, materiais tutoriais sobre o uso do Painel. Na plataforma, também é possível baixar os dois relatórios com os panoramas dos financiamentos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees/Imes/Ides).

Acesse a ferramenta em maisverbas.andes.org.br

Clique no QRCode e assista o tutorial



II Seminário Nacional debateu organização sindical, financiamento e democracia interna

De 22 a 24 de maio, mais de 100 docentes participaram do II Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O encontro aprofundou debates que subsidiarão o Conad Extraordinário, previsto para novembro, em Brasília (DF).

A atividade tratou dos Textos de Resolução (TRs) do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras, que não foram apreciados no 44º Congresso, realizado este ano.

Antes dos debates, foi lançado o Painel “Mais Verbas”, plataforma interativa criada pelo ANDESSN para monitorar e dar visibilidade à realidade do financiamento das instituições públicas de ensino superior.

Fundo Único e rateio

A primeira plenária discutiu propostas relacionadas ao Fundo Único e ao rateio dos eventos deliberativos. Entre elas, o TR 80, que sugere a suspensão temporária das contribuições ao Fundo Único, quando as reservas financeiras ultrapassarem determinado limite; o TR 87, que

propõe utilizar parte do “superávit financeiro” para reduzir os custos de participação das seções sindicais em Congressos e Conads; e o TR 88, que defende que o caixa nacional assumira integralmente os custos desses eventos, extinguindo modelo de rateio utilizado até o momento.

Sérgio Barroso, 1º tesoureiro do ANDES-SN, afirmou que o atual sistema — com 80% da arrecadação destinada às seções sindicais e 20% ao caixa nacional — é fundamental para garantir a sustentação política e organizativa do ANDES-SN. A criação de um teto ou o fim do Fundo Único, conforme ele, comprometeria a capacidade de luta do sindicato diante dos ataques à educação pública.

Para Michele Schultz, da Universidade de São Paulo (USP) e uma das signatárias do TR 80, adequar a metodologia às dificuldades enfrentadas por diversas seções sindicais, com o objetivo de estabelecer critérios proporcionais à arrecadação da entidade, preservaria o funcionamento das bases locais.





Ao abrir para as discussões, as e os docentes inscritos apresentaram posições distintas entre a manutenção do modelo atual e as propostas de flexibilização das contribuições e revisão dos critérios de arrecadação e distribuição de recursos.

Fundo eleitoral e custeio

A segunda plenária abordou o financiamento das eleições do ANDES-SN, o custeio dos processos eleitorais nas seções sindicais e o uso da virtualidade nas eleições.

O TR 79, apresentado pela diretoria, propõe estudos sobre financiamento das chapas e redução do impacto do rateio. Já o TR 86 defende que os custos das eleições nacionais sejam assumidos pelo caixa nacional e prevê financiamento igualitário das campanhas das chapas.

María do Céu, 3ª tesoureira do Sindicato Nacional, destacou que o debate envolve não apenas os

custos das eleições, mas também os desafios da multicampia e da autonomia das seções sindicais. Para ela, diferentes realidades convivem no sindicato, com bases que realizam eleições simultâneas às da diretoria nacional e outras que adotam calendários próprios.

Fran Rebelatto, base da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Sesunila SSind.), e uma das autoras do TR 86, defendeu um percentual da arrecadação anual do ANDES-SN para o financiamento igualitário das chapas eleitorais, sob coordenação da comissão eleitoral. No entanto, ressaltou que os percentuais e formatos ainda devem ser construídos coletivamente nos espaços deliberativos do sindicato.

Após as exposições iniciais, as inscritas e os inscritos revelaram divergências sobre o uso de recursos do caixa nacional para campanhas

eleitorais e sobre a virtualidade nas eleições, que poderia estimular a fragmentação política e ampliar disputas burocráticas internas.

Democracia e proporcionalidade

A terceira plenária, realizada no sábado (23), refletiu sobre a composição da diretoria nacional e das secretarias regionais.

O TR 83 propõe a adoção da proporcionalidade qualificada na composição da diretoria nacional, em função dos votos obtidos pelas chapas que concorrerem nos processos eleitorais. Também foi defendido o TR 85, que defende a eleição das secretarias regionais em chapas separadas da direção nacional, dentro do mesmo processo eleitoral. Já o TR 89 sugere eleições mais inclusivas, com votação digital acessível para ampliar a participação da categoria, enquanto o TR 93 abre a possibilidade de voto não

Matéria Central

presencial nas seções sindicais.

Welbson Madeira, docente da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e um dos proponentes do TR 83, defendeu a proporcionalidade na composição da diretoria e das secretarias regionais, argumentando que o modelo atual não reflete a diversidade política da categoria. Conforme ele, o ANDES-SN deve funcionar como uma "frente única", ampliando a representação das diferentes correntes e atualizando sua estrutura organizativa.

Já o TR 85 foi defendido por Soraia de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que apontou uma "crise organizativa" no ANDES-SN e defendeu o fortalecimento das secretarias regionais para "oxigenar" a direção do sindicato e ampliar a representatividade.

Márcio Ribeiro, presidente da Associação de Docentes da USP (Adusp Seção Sindical), defendeu o TR 93, que permite o voto não presencial nas eleições das diretorias das seções sindicais. Segundo ele, a proposta preserva a presencialidade das instâncias deliberativas e oferece uma alternativa às dificuldades logísticas e aos altos custos das eleições presenciais, especialmente em seções multicampi.

Marcos Soares, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, afirmou que o debate deve considerar tanto a democracia sindical quanto a estrutura concreta da entidade. Em sua análise, uma direção proporcional pode dificultar a implementação política e as eleições separadas para secretarias regionais fragmentariam a concepção de Sindicato Nacional.

Na sequência, as e os participantes analisaram a democracia interna da entidade. As intervenções divergiram sobre proporcionalidade, eleições virtuais e organização sindical. Enquanto parte das falas defendeu a manutenção do modelo atual, outras apontaram a necessidade de ampliar a representatividade e atua-

lizar a estrutura do sindicato.

Formato dos eventos

A plenária seguinte tratou dos formatos dos eventos deliberativos do ANDES-SN. O TR 79, da diretoria do ANDES-SN, sugere reorganizar a estrutura do Conad para adequá-lo ao previsto no Estatuto do sindicato. O TR 88 propõe que o caixa nacional assumira os custos de realização dos Congressos e Conads, mantendo as despesas das delegações sob responsabilidade das seções sindicais, sem custo para as seções menores. Já o TR 91 defende uma ampla reformulação dos espaços deliberativos do sindicato, com mudanças na organização dos GTs, plenárias e incluindo a proposta de congressos bianuais.

Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, afirmou que há um esgotamento dos atuais formatos do Congresso e do Conad, que não conseguem absorver o volume de TRs, as demandas políticas e o tempo necessário para os debates. A diretora apontou os impactos das longas jornadas dos eventos sobre as e os docentes, especialmente diante do aumento da pressão das administrações universitárias após o período de intervenções nas instituições federais.

Entre as possibilidades apresentadas estão a revisão de quóruns e da

tramitação dos TRs, mudanças nas plenárias e grupos mistos e novos formatos para os eventos. Caroline avaliou que o TR 91, que prevê congressos bianuais, é inviável nos moldes propostos devido à sobrecarga organizativa que poderia gerar.

As intervenções divergiram sobre a necessidade de mudanças metodológicas, mas convergiram na preocupação com a qualidade dos debates, a duração dos eventos e a participação da base.

Pequenas seções e a virtualidade

A última plenária, realizada no domingo (24), discutiu as políticas de apoio às seções sindicais menores e o uso da virtualidade nos espaços do ANDES-SN.

O TR 90 defende a adoção de tecnologias híbridas nas reuniões de GTs, encontros temáticos e reuniões de setores. O TR 94 propõe seminários específicos sobre a política financeira do ANDES-SN para discutir formas de apoio às seções com menor capacidade financeira. Por sua vez, o TR 95 sugere uma política permanente de apoio às seções com até 500 filiadas e filiados, garantindo infraestrutura mínima de funcionamento.

Edson Franco, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (Adufpb Seção Sindical) e um dos signa-





tários do TR 94, defendeu ampliar o apoio às seções sindicais com menor capacidade financeira já que, segundo ele, muitas enfrentam dificuldades para manter estruturas básicas, como sede, assessorias jurídica e de comunicação.

Lívia Santos, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto do ANDES-SN, reconheceu as dificuldades financeiras enfrentadas pelas seções, mas ponderou que as propostas de financiamento amplas, apresentadas no seminário, são inviáveis do ponto de vista orçamentário. Ela defendeu alternativas mais sustentáveis, como novos critérios de rateio, compartilhamento de experiências

administrativas e suporte técnico entre as entidades. Santos alertou que a ampliação da participação online pode gerar esvaziamento político, dificuldades organizativas e sobrecarga decorrente do tempo excessivo em frente às telas.

Em seguida, durante as intervenções, parte da categoria defendeu maior apoio às seções sindicais menores, diante das desigualdades de estrutura e arrecadação, enquanto outras alertaram para os limites orçamentários e os altos custos das mobilizações nacionais.

Um dos encaminhamentos foi a proposta de levantamento nacional sobre número de sindicalizadas e sindicalizados e a arrecadação das seções para subsidiar futuras propostas financeiras, encaminhada através da circular 225/26.

Encerramento

No encerramento, o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça, destacou a legitimidade e a riqueza dos debates realizados pelas seções sindicais, mesmo diante de divergências. “Temos seções sindicais que passam por situações muito delicadas. Precisaremos debater coletivamente como preservar a saúde financeira do Sindicato Nacional e, ao mesmo tempo, garantir condições para que as seções sindicais - que são a materialidade cotidiana do ANDES-SN nas universidades -, possam aplicar a política do ANDES-SN em seu cotidiano”, afirmou.

Projeções financeiras

Durante o seminário, a Tesouraria do ANDES-SN apresentou projeções sobre o impacto financeiro das propostas apresentadas. A ampliação do critério de apoio financeiro para seções com até 350 filiadas e filiados, aprovada no 44º Congresso, tem um custo estimado anual em cerca de R\$ 1,5 milhão, o que representaria aproximadamente 38% da arrecadação do Fundo Único em 2025.

Segundo a Tesouraria, a ampliação desse apoio, somada a despesas já custeadas pelo Fundo Único — como greves, jornadas de luta e mobilizações nacionais —, poderia pressionar a capacidade financeira do sindicato.

O mesmo ocorreria caso o caixa nacional assumisse parte dos custos das eleições das seções e da criação de um fundo eleitoral para financiamento das chapas. Considerando a destinação de 5% da receita do ano anterior e um repasse médio de R\$ 20 mil por seção sindical, o ANDES-SN não teria condições de sustentar a medida sem comprometer suas reservas financeiras.

Acesse a
Circular 225/26



Enquete aponta impactos da sobrecarga e hiperconectividade na saúde docente

Precarização, hiperconectividade e adoecimento foram alguns dos apontamentos do relatório consolidado da Enquete Nacional sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente, lançado no dia 29 de maio, na sede do Sindicato Nacional, em Brasília (DF). O estudo foi conduzido por uma equipe técnica, a partir da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

Com a participação de 3.591 docentes da ativa e 256 aposentadas e aposentados de instituições de ensino superior de diferentes regiões do país, a segunda etapa da enquete foi realizada entre 2024 e 2025. Já a primeira etapa, em 2023, contou com a participação de 1.874 docentes.

Inspirada na "Enquete Operária", elaborada por Karl Marx, a iniciativa buscou refletir sobre as condições de trabalho e saúde da categoria, especialmente após a pandemia de Covid-19, além de subsidiar a atuação sindical na defesa de melhores condições de vida e trabalho.

Entre as e os docentes ativos, predominam mulheres cisgêneras (53,9%) e pessoas brancas (65,8%). Aproximadamente 89,5% possuem doutorado, 96,2% têm vínculo efetivo e 91,8% atuam em regime de dedicação exclusiva. A maioria (63,4%) trabalha em instituições federais e exerce atividades, principalmente, na graduação. O perfil é semelhante en-

tre as aposentadas e os aposentados.

Intensificação do trabalho

Cerca de 75,4% das e dos docentes relataram trabalhar além da carga horária prevista em seus regimes de trabalho. A enquete evidenciou o avanço do trabalho sobre o tempo livre: 68,6% das e dos docentes afirmaram trabalhar frequentemente ou sempre aos finais de semana, enquanto 57,5% mantêm atividades laborais durante os feriados.

Como consequência, 83,1% das e dos docentes ativos afirmaram sentir-se sobrecarregados, condição associada à pressão por produtividade, ao uso intensivo de tecnologias de comunicação e à dificuldade de estabelecer limites entre a vida profissional e pessoal.

"A percepção dos docentes sobre as condições de trabalho indica que houve uma mudança do padrão de trabalho. Coletivamente, os docentes estão submetidos a uma exigência maior, inclusive para além do horário, envolvendo finais de semana e feriados", afirmou Jacqueline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN e da coordenação do GTSSA.

Hiperconectividade

O relatório apontou que o uso intensivo de ferramentas digitais para

atender demandas de trabalho fora do expediente tornou-se uma característica permanente da atividade docente.

Entre as e os respondentes, 89,3% utilizam diariamente aplicativos de mensagens para fins profissionais, e 81,8% afirmaram resolver demandas de trabalho frequentemente (37,9%) ou sempre (43,9%) fora do horário regular.

Saúde e adoecimento

Mais da metade das e dos docentes (51,8%) relatou uma piora das condições de saúde no último ano. Cerca de 52,5% afirmaram uma redução das horas de sono e 41% disseram ter diminuído a prática de atividades físicas.

As doenças musculoesqueléticas (36,4%), que afetam ossos, músculos, articulações, tendões, ligamentos e coluna vertebral, e os transtornos de ansiedade (35,4%), como síndrome do pânico e fobia social, apareceram entre os principais problemas de saúde identificados pelo levantamento.

Para 67,8% das entrevistadas e dos entrevistados, o adoecimento está diretamente relacionado às condições de trabalho enfrentadas nas instituições de ensino. O levantamento também



registrou que raramente, algumas vezes, frequentemente ou sempre as e os participantes sofreram assédio moral (60,9%), violência política (54,1%) e machismo (47,4%) no cotidiano institucional.

“A intensificação do trabalho docente se tornou um problema coletivo e é necessário construir estratégias de enfrentamento no âmbito do ANDES-SN e das seções sindicais, incluindo o diálogo com as reitorias para melhorar as condições de trabalho da categoria”, afirmou Jacqueline.

Gênero e orientação sexual

As docentes relataram maior sobrecarga de trabalho (88,1%, ante 77,2% dos homens) e mais dificuldades para atender às demandas profissionais. Cerca de 12,5% das professoras apontaram o machismo como uma presença constante (“sempre”) no ambiente de trabalho e 22,5% afirmaram sofrer racismo nas relações laborais.

Segundo a coordenadora do GTSSA, as desigualdades de gênero precisam ser consideradas nas estratégias de enfrentamento e

mobilização sindical, já que as mulheres relataram maior sobrecarga, mais trabalho fora da jornada e maior insuficiência de tempo.

O levantamento também identificou maior incidência de violência no ambiente de trabalho entre docentes LGBTI+, que correspondem a 13,9% das e dos respondentes. Em torno de 63% afirmaram ter sofrido LGBTI+fobia, com predominância de 13% frequentemente e sempre, no ambiente acadêmico.

Desvalorização Salarial

A enquete apontou, ainda, dificuldades financeiras na categoria. Quase 60% das e dos docentes ativos receberam reajustes abaixo da inflação nos últimos anos, enquanto 23,5% não tiveram qualquer reajuste. Além disso, 67,8% possuem dívidas e mais de um terço realiza atividades remuneradas adicionais para complementar a

renda. Entre docentes pretos, pardos e indígenas, o

índice de endividamento

chega a 77,3%.

Aposentadas e aposentados

Entre docentes aposentadas e aposentados, 39,1% relacionaram seu adoecimento ao trabalho exercido ao longo da carreira. Além disso, 31,3% relataram redução das horas de sono e da prática de atividades físicas no último ano. Por outro lado, o índice de sindicalização entre a categoria aposentada é elevado, alcançando 91,4%. Entre as e os docentes ativos, esse percentual é de 74,6%.

Resultado

Para o GTSSA, os resultados da enquete irão subsidiar os debates nas seções

sindicais e fortalecer o diálogo com as administrações das instituições de ensino superior. “É importante ampliar o diálogo a partir desses resultados, construindo estratégias coletivas de enfrentamento, mobilização, denúncia e transformação das condições de trabalho”, concluiu Jacqueline Lima.

O que revela a Enquete Nacional:

- 8 em cada 10 docentes se sentem sobrecarregados/as;
- Quase 70% trabalham regularmente aos finais de semana;
- Mais da metade trabalha também nos feriados;
- 9 em cada 10 utilizam aplicativos de mensagens para atividades profissionais;
- Mais da metade percebeu piora na própria saúde no último ano;
- Mulheres relatam mais sobrecarga, insuficiência de tempo e trabalho fora da jornada;
- Docentes pretos/as, pardos/as e indígenas apresentam maiores índices de endividamento;
- Mulheres e pessoas LGBTI+ sofrem mais violência no ambiente de trabalho;
- A hiperconectividade aparece associada à pior avaliação da saúde, a menos horas de sono e à redução da prática de exercícios físicos.

Confira o relatório da Enquete



ECA Digital busca ampliar proteção de adolescentes e crianças na internet

Em vigor desde março deste ano, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), instituído pela Lei nº 15.211/2025, estabelece medidas para a proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais. Conhecida como "Lei Felca", em referência ao influenciador que denunciou a exploração de menores nas redes sociais, a legislação representa um marco regulatório voltado à segurança do público infantojuvenil na internet.

A norma prevê que plataformas digitais, redes sociais, jogos eletrônicos, entre outros, adotem mecanismos de proteção específicos para crianças e adolescentes, incluindo medidas de prevenção a conteúdos nocivos, práticas abusivas e violações de direitos.

Em entrevista ao InformANDES, Maria Mello, coordenadora do programa Criança e Consumo do Instituto Alana, analisa os avanços trazidos pelo ECA Digital, os desafios para sua implementação e a importância da responsabilização das plataformas na garantia de um ambiente digital mais seguro para crianças e adolescentes.

InformANDES: Quais são os principais avanços trazidos pelo chamado ECA Digital para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual?

Maria Mello: O ECA Digital representa um marco importante porque reconhece que a proteção integral de crianças e adolescentes precisa ser garantida também no ambiente digital. A lei avança ao estabelecer deveres específicos

para plataformas, serviços digitais e fornecedores de tecnologia, superando a lógica de que a segurança de crianças e adolescentes dependeria exclusivamente da supervisão familiar. Entre os principais avanços, destacam-se a incorporação do princípio do melhor interesse da criança ao desenho e funcionamento dos serviços digitais, a exigência de avaliações de riscos, a adoção de medidas preventivas para mitigar danos previsíveis e a ampliação dos deveres de transparência e prestação

de contas das plataformas.

InformANDES: De que forma a nova legislação pode contribuir para enfrentar problemas como violência online, exploração sexual e exposição indevida de dados?

MM: A nova legislação também fortalece o enfrentamento da violên-



cia online, da exploração sexual e da circulação de conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes ao exigir mecanismos mais eficazes de prevenção, identificação e resposta a situações de risco. Destaca-se também a criação do Centro Nacional de Triagem de Notificações, no âmbito da Polícia Federal. Trata-se de uma nova instituição destinada à defesa e proteção de direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital, com o objetivo de receber denúncias de violações graves de crimes contra crianças e adolescentes no ambiente digital como abuso, aliciamento e exploração sexual infantojuvenil, bem como práticas que caracterizem “aliciamento, recrutamento ou cooptação de criança ou adolescente para práticas que representem risco crível, iminente ou em andamento de lesão física grave ou morte, incluído tráfico de crianças e adolescentes ou atos preparatórios de violência extrema preordenada contra comunidade escolar ou grupos vulnerabilizados”.

Além disso, o ECA Digital estabelece parâmetros mais robustos para a proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes, reconhecendo que a coleta massiva de dados, o monitoramento comportamental e a publicidade direcionada podem gerar impactos significativos sobre seu desenvolvimento, sua autonomia e sua privacidade.

InformANDES:
Quais foram os principais desafios para a implementação efetiva do ECA Digital?

MM: O principal desafio é transformar as garantias pre-

vistas na lei em mudanças concretas na arquitetura dos serviços digitais e nas práticas das empresas. É preciso articular conhecimento sobre a lei, fiscalização, capacidade institucional e mecanismos efetivos de responsabilização. Outro desafio importante é a coordenação entre os diversos órgãos envolvidos na proteção de crianças e adolescentes. A implementação exigirá atuação articulada entre autoridades de proteção de dados, órgãos de defesa do consumidor, Ministério Público, sistema de justiça, conselhos tutelares e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

InformANDES: **Que papel podem desempenhar a sociedade civil, as famílias, as escolas e os órgãos públicos para garantir que a lei saia do papel?**

MM: A sociedade civil terá papel fundamental no monitoramento da implementação da lei, na produção de evidências e na incidência política para que seus objetivos não sejam esvaziados. As escolas podem contribuir para a formação crítica de crianças e adolescentes sobre cidadania digital, privacidade, segurança e direitos. As famílias seguem exercendo papel relevante de acompanhamento e diálogo, mas é importante reconhecer que a proteção não pode recair exclusivamente sobre elas. Já o Poder Público deve assegurar recursos, capacitação técnica e estruturas de fiscalização capazes de acompanhar um ambiente tecnológico, que se transforma rapidamente. O sucesso do ECA Digital dependerá justamente dessa lógica de responsabilidade compartilhada.

InformANDES: **O Congresso aprovou o ECA Digital com o objetivo de ampliar a proteção de crianças e adolescentes, mas**

também aprovou o PDL 3/2025, criticado por restringir direitos das meninas vítimas de violência sexual. Como você avalia essa contradição?

MM: Do ponto de vista jurídico, não houve alteração no ordenamento vigente. A resolução do Conanda tinha como objetivo reforçar e orientar o cumprimento de direitos que já são assegurados pela legislação brasileira às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual. O problema é que, muitas vezes, essas garantias não se concretizam na prática. Nesse contexto, a decisão do Senado transmite um sinal preocupante para a sociedade, ao enfraquecer um importante instrumento de orientação das políticas públicas. Ainda assim, os direitos previstos em lei permanecem intactos, e a sociedade civil seguirá atenta para exigir sua efetiva implementação, de modo a assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes.

PDL 3/2025

Em votação relâmpago realizada em 2 de junho, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 3/2025, que susta a Resolução 258/2024 do Conanda sobre o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Movimentos sociais, sindicais e populares, entre eles o ANDES-SN, criticaram a medida por dificultar o acesso ao aborto legal nos casos de estupro. Dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero mostram que, entre 2011 e 2024, mais de 308 mil meninas de até 17 anos foram vítimas de violência sexual no Brasil.

Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Leia a matéria sobre o PDL 3/2025



■ 28 de junho

Dia Internacional do
Orgulho
LGBTI+

